

MEC punirá escola que não receber carnê em cruzados

Brasília — O Ministério da Educação vai punir as escolas particulares que se recusarem a receber o pagamento dos carnês mensais corrigidos de acordo com a tabela de conversão de cruzeiros em cruzados. A informação é do secretário-geral adjunto da Seplan, Edson de Oliveira Nunes, que anunciou também ter sido encontrada a fórmula para fixação do reajuste das mensalidades escolares: a correção vai variar na mesma proporção da variação do salário médio real. Ou seja, a média dos salários dos seis últimos meses. A decisão final, no entanto, só deverá ser divulgada oficialmente hoje.

"Essa é uma fórmula elegante e inteligível, tanto para os alunos, professores e donos de escolas", disse Nunes após a reunião realizada ontem à tarde no Ministério do Planejamento, entre técnicos da Seplan, MEC e o representante da UNE, Flávio Patrício. A UNE, segundo Patrício apesar das restrições que faz aos aumentos das anuidades escolares, considera a proposta "aceitável, em razão da nova política econômica apresentada pelo governo".

Enquanto a nova solução para os reajustes não for definida, de acordo com os técnicos da Seplan, os carnês já vencidos deverão obedecer a regra válida para todas as prestações: terão de ser convertidos de cruzeiros para cruzados. O governo espera solucionar o impasse rapidamente, antes que um número muito grande de carnês vençam seus prazos de pagamento, pois isso estaria levando alguns colégios a recusar a quitação.

"Se o colégio não aceitar receber o pagamento, estará incorreto em uma impropriedade, disse o secretário-geral adjunto da Seplan. Ele acha que os pais de alunos podem até negociar com as escolas a fórmula de pagamento; no entanto, se houver recusa por parte



dos estabelecimentos de ensino, o MEC vai usar seus instrumentos de pressão para fazer valer os contratos já assinados.

Pela fórmula negociada entre os técnicos do governo, representantes das escolas particulares e representantes da UNE, o aumento médio nacional das mensalidades escolares, segundo Nunes, deverá se situar em torno de 48%, inferior, portanto, aos 89,35% determinados pelo Conselho Federal de Educação, em janeiro passado, para as escolas particulares. As escolas que concederem reajuste aos seus professores em março, como no Rio de Janeiro e Brasília, por exemplo, deverão ter suas mensalidades variando na base de 52%. "Com essa regra, que surgiu após demoradas reuniões, o valor nominal das semestralidades será reduzido, disse Nunes.

Para o representante da UNE, Flávio Patrício, os estudantes estão dispostos a aceitar a nova solução de reajuste das mensalidades apenas diante do esforço do governo para controlar a inflação. "Mesmo um reajuste de 52%, e não de 89,35%, é para nós exorbitante", disse Patrício. Segundo ele, em vários estados os estudantes estão se mobilizando em protesto contra os aumentos e contra a decisão das escolas de não se enquadrarem no congelamento.